

Sexualidade da pessoa cega: uma revisão sistemática da literatura

Blind Person's Sexuality: a literature review

Dalva Nazaré Ornelas França¹

¹Doutoranda em Ciências da Saúde. Faculdade de Medicina da Bahia. Universidade Federal da Bahia. Professora do Departamento Ciências Biológicas. Universidade Estadual de Feira de Santana

Resumo

Objetivo: analisar o conteúdo da produção bibliográfica sobre a sexualidade da pessoa cega. **Metodologia:** Foram pesquisadas as bases de dados eletrônicas Medline, Lilacs, Scielo, PsycInfo, periódicos e livros entre 1980 e 2010. Foram encontrados 223 artigos e três livros. Desses, foram selecionados 05 artigos e 03 livros. **Resultados:** Os estudos mostram que a falta da visão não é um fator limitante para a expressão da sexualidade, porém a falta de informação, o preconceito e a discriminação, são. Fica evidente também que a sociedade tem papel fundamental na exclusão das pessoas que não correspondem aos padrões de normalidade estabelecidos. O estudo indica que as pessoas com deficiência são, antes de tudo, sujeitos de direito e como tal devem expressar sua sexualidade de forma segura, autônoma e prazerosa. **Conclusão:** Conclui-se que a produção científica sobre sexualidade e cegueira congênita se mostrou escassa, apesar da importância do tema, o que permite inferir que a sexualidade dessas pessoas ainda se encontra vítima de preconceitos e invisível para a sociedade.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência visual. Cegueira. Sexualidade. Defesa das Pessoas com Deficiência. Transtornos congênitos.

Abstract

Objective: analyze the scientific publication on blind person's sexuality. **Methodology:** from 1980 to 2010 in the electronic databases Medline, Lilacs, Scielo, PsycInfo periodicals and books 223 articles and three books, were founded 05 articles and 03 books. **Results:** Studies have shown that lack of vision is not a limiting factor for expression of sexuality, however the lack of information, prejudice and discrimination are. It is also evident that society has a key role in the exclusion of people who do not meet the standards of normality established. The study indicates that people with disabilities are, first of all subjects of law and as such should express their sexuality in a safe, enjoyable and autonomous. **Conclusion:** It is concluded that the scientific production about sexuality and congenital blindness, is rare, despite the importance of the topic, this leads us to infer that the sexuality of these people is still marked with prejudices and invisible to society

Keywords: Visually Impaired Persons. Blindness. Sexuality. Handicapped Advocacy. Congenital disorders.

INTRODUÇÃO

O mundo abriga cerca de 500 milhões de pessoas com deficiências, das quais 80% vivem em países em desenvolvimento. (ONU, 2006). Os dados do Censo 2000 revelaram que 14,5% da população brasileira têm algum tipo de deficiência. A época a maior proporção se encontrava no Nordeste (16,8%) e a menor, no Sudeste (13,1%). Em 2000, existiam 148 mil pessoas cegas, destas 77.900 eram mulheres e 70.100 homens. São Paulo é o Estado com o maior número de cegos (23.900), seguido da Bahia (15.400). (IBGE, 2000).

Em 1994 foram instituídas as "Normas sobre a Igualdade de Oportunidade para as pessoas com Deficiência". Essas normas destacam a dimensão sócio-ética, apoiada em argumentos humanísticos que defendem a igualdade de direitos da pessoa com deficiência. Melhor qualidade de vida através da acessibilidade, educação, vida familiar e dignidade pessoal, cultural, etc. são destacados como direitos das pessoas com deficiência (ROCHA, 2010).

Entende-se que proporcionar unicamente condições objetivas para as pessoas cegas, não será suficiente para lhes garantir qualidade de vida, pois não faz sentido falar sobre isto se, ao mesmo tempo, ignora-se a expressão da sua sexualidade e afetividade.

A expressão da sexualidade é uma conquista natural da humanidade. Assim torna-se necessária a busca de conhecimentos sobre a sexualidade da pessoa cega, em especial aquelas com cegueira congênita, para que se possa garantir sua expressão de forma autônoma, observando os princípios de justiça, não-maleficência e de beneficência, princípios estes basilares da bioética.

Desta forma, tomar conhecimento do estado da arte sobre sexualidade da pessoa cega pode contribuir, para estimular novas pesquisas e assim minimizar preconceito e discriminação ainda presentes na sociedade, que sustentam a ideia de que eles são assexuados ou possuidores de uma sexualidade exacerbada e portanto não tem direito de a exercer.

Este estudo tem como objetivo analisar o conteúdo da produção bibliográfica sobre a sexualidade da pessoa cega, no período de 20 anos, destacando aspectos considerados como relevantes: 1 - A sexualidade da pessoa com cegueira congênita; 2 - As reações da

Correspondência / Correspondence: Dalva Nazaré Ornelas França
Rua F nº 08 Conj. ACM Bairro Mangabeira Feira de Santana – Ba Cep 44056-024 E-mail dnfranca@gmail.com

sociedade a manifestação dessa sexualidade; 3 - As pessoas cegas e seu direito à sexualidade.

METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão sistemática da literatura, entendida como o ato de indagar e de buscar informações sobre determinado assunto, com o objetivo de detectar o que existe de consenso ou de polêmico no estado da arte da literatura sobre o tema sexualidade da pessoa cega. O objeto desta pesquisa é estudar produção científica sobre o tema, existente em periódicos indexados nos bancos de dados LILACS (Literatura em Ciências da Saúde), SciELO (Scientific Library Online), Medline, PsycINFO (American Psychological Association), periódicos e livros especializados em sexualidade, cegueira e deficiência.

Para obtenção dos artigos a serem analisados, utilizou-se os descritores pessoas portadoras de cegueira, cegueira, sexualidade, direito das pessoas portadoras de deficiência e transtornos congênitos, pesquisando em língua portuguesa, inglesa e espanhola na Biblioteca Virtual de Saúde. Utilizando a estratégia de busca estruturada com o emprego de operadores Booleanos: And e Or. A pesquisa compreendeu o período de 1980 a 2010; período este determinado devido ao fato de, na década de 1990, ter se intensificado a questão da inclusão social das pessoas com deficiência, momento de grandes movimentos mundiais, além de ter sido a época em que se ampliaram as pesquisas sobre sexualidade tendo em vista, entre outros fatores, a epidemia da AIDS (Síndrome da imunodeficiência adquirida).

Após a localização dos artigos, foi realizada a pré-seleção através de leitura e análise do título e do resumo. Quando as informações eram pertinentes, a publicação era selecionada com base nos critérios de inclusão que foram: estudos sobre sexualidade e cegueira congênita descritos nos idiomas português, espanhol e inglês; estudos sobre sexualidade e cegueira congênita relacionado com a percepção da sexualidade e o direito sexual; e que os sujeitos da pesquisa fossem homens e mulheres com cegueira congênita e com idade maior que 18 anos e menor que 65 anos. E nos seguintes critérios de exclusão: artigos não escritos nas línguas portuguesa, espanhola e inglesa; artigos que apresentem pessoas com cegueira adquirida e ou outras deficiências associadas; artigos sobre sexualidade de pessoas cegas incluindo crianças, adolescentes e ou idosos.

Os artigos selecionados foram analisados de forma qualitativa através do procedimento de análise de conteúdo, que segundo Bardin (1997) é composta por uma sistematização de procedimentos objetivos de descrição do conteúdo de mensagens, bem como dos indicadores (quantitativos ou não) que possam levar à inferência das condições de produção e recepção destas mensagens. A análise de conteúdo inclui as seguintes etapas: pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados.

Na etapa de pré-análise, ocorreu a escolha das

publicações a serem analisadas, e a retomada dos aspectos que foram considerados relevantes no início da pesquisa. Em seguida foi realizada a leitura flutuante, tomando contato direto e intenso com o material selecionado para determinar os recortes, a modalidade de codificação e os conceitos teóricos mais gerais.

Na etapa de exploração do material, os artigos e livros foram submetidos a uma análise mais profunda, detectando semelhanças e diferenças, na busca de estabelecer categorias. A categorização é a operação de classificação de elementos constitutivos do conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo gênero (analogia), com os critérios previamente definidos, como sugere Minayo (2010). Nesta pesquisa os critérios foram os temas considerados relevantes inicialmente.

Na etapa denominada interpretação dos resultados, foram realizadas interpretações, inter-relacionando-as com o quadro teórico determinado no início da pesquisa, abrindo possibilidades para novas dimensões teóricas e interpretativas, sugeridas pela leitura do material estudado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sem considerar os critérios de exclusão, no Medline com a chave "blindness and sexuality" foram encontrados 05 artigos, na chave "congenital hereditary and neonatal diseases and abnormalities or visually impaired persons/legislative and jurisprudence and sexuality" foram encontrados 203 artigos. Quando considerados os critérios de inclusão, nenhuma publicação foi encontrada, que atendesse a estes critérios. Nas bases de dados LILACS e SciELO houve a repetição das publicações encontradas no Medline, portanto nenhuma que atendesse aos critérios de inclusão. Na base de dados PsycINFO com a chave "psychosexual behavior or sexuality and vision disorders" foram encontrados sete artigos; ao considerar-se os critérios de exclusão, restaram apenas dois artigos contemplados nos critérios de inclusão. Com o intuito de subsidiar a discussão da temática foram introduzidas publicações de outras fontes, que analisam a questão da sexualidade, da deficiência e da cegueira, tais como os livros: "Sexualidade de Cego" da Editora Àtomo, 2008 de autoria de Maria A. T. Bruns; "Sexualidade e Deficiência" da Editora UNESP, 2006 de autoria de Ana Cláudia B Maia; e "Diretos sexuais e Reprodutivos na integralidade da Atenção à saúde de pessoas com deficiência" editado pelo Ministério da Saúde, 2009, assim como artigos publicados pela Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana, que totalizam oito artigos no período de 1990 até 2009, relacionados às diversas deficiências; destes, três versam sobre cegueira. O quadro 1 representa o acervo estudado de acordo com o tema, o autor, o ano da publicação, o tipo de publicação e do estudo utilizado.

Tema	Autor	Ano	Tipo de Publicação	Tipo de Estudo
Sexualidade de cegos	Bruns, M A T	2008	Livro	Estudo qualitativo
Sexualidade e deficiência	Maia, A C B	2006	Livro	Ensaio teórico
Direitos Sexuais e Reprod utivos na integralidade da atenção à saúde	Ministério da Saúde	2009	Livro	Ensaio teórico
Sexuality among the visually handicapped: A beginning	Selvin, H C.	1980	Artigo	Ensaio teórico
A comparison of the sexual learning experiences of visually impaired and sighted women	Welbourne, A. Lifschitz, S., Selvin, H. Green, R.	1983	Artigo	Estudo qualitativo
Deficiência visual e Orientação em Sexualidade: Uma experiência.	Bastos,E.P. Tarazona,A.G Rodrigues Jr, O.M	1990	Artigo	Relato de experiência
A Pessoa Cega: Erotismo e a Mídia	Bruns. M.A.T	2009	Artigo	Ensaio teórico
Pessoas com Cegueira: Vivencia da adolescência e Manifestações da sexualidade	França, D.N.O. Azevedo,E.E.S	2004	Artigo	Estudo qualitativo

Quadro 1. Acervo da revisão, segundo titulo, autor, ano, tipo de publicação e estudo adotado, 1980 - 2010.

Sexualidade da pessoa com cegueira congênita

A sexualidade das pessoas com cegueira congênita é uma temática pouco estudada. Segundo Bruns (2008), os cegos entram em contato com o mundo, ou seja, experienciam a vida, pelas mãos, pelo toque, pelo tato, pelo cheiro e pelos sons á sua volta. E não é por serem deficientes visuais que a libido não está neles presentes. Porém, o desenvolvimento da sexualidade das pessoas cegas torna-se limitada devido ao comprometimento na possibilidade de aprender, e em especial no processo de construção das representações subjetivas, da auto-imagem, da noção de estrutura corporal e do conhecimento das partes anatômica e dos processos psicossociais da sexualidade. (MAIA, 2006)

As pessoas com deficiência, em sua maioria, acumulam experiências de desaprovação, frustração e dor, tanto no corpo material, quanto no corpo simbólico. Entretanto, é possível e desejável que estas pessoas possam experienciar momentos de prazer. Elas precisam de outras vivencias corporais, de intensificar as experiências de prazer, de exercer as possibilidades de sedução. É necessário permitir e incentivar a descoberta ou a redescoberta do jogo corporal, a dança, o toque prazeroso, o aconchego e o sexo. (BRASIL, 2009)

A literatura pesquisada enfatiza a importância do tato para pessoa cega, pois chega-se a afirmar que essas pessoas enxergam com as mãos. Conceitos como os órgãos sexuais e as diferenças entre homens e mulheres

são mais difíceis no mundo do cego devido às limitações provocadas pela impossibilidade de poder tocar tudo que ele deseja conhecer. Se tocar é um comportamento fundamental para aprendizagem do cego, como permitir o toque no corpo humano para favorecer o aprendizado dessas pessoas? (MAIA, 2006)

A informação sobre sexualidade destinada a essas pessoas ainda é escassa. Pesquisa realizada com mulheres cega e não cegas revelou que mulheres cegas têm menos conhecimento sobre sexualidade, receberam informações acerca das questões sexuais e começaram a vida sexual com idades mais avançadas do que as mulheres dotadas de visão, sugerindo assim uma necessidade de educação sexual destinada especificamente para essas pessoas, de acordo com Welbourne et al. (1983). Resultados semelhantes foram encontrados em outra pesquisa num universo composto de homens e mulheres realizada por França e Azevedo (2004).

A sexualidade é considerada um tabu na sociedade e independe de ter deficiência ou não. Quando se relaciona os dois temas, sexualidade e deficiência, potencializa-se o tabu. Além disso, tem-se a problemática da desinformação sobre os direitos e as reais habilidades e possibilidades da pessoa com deficiência, no caso os cegos, de ter uma vida sexual sadia, prazerosa e autônoma como qualquer outra pessoa. Por isso é importante conhecer como essas pessoas vivem, pensam, sentem e agem, para respeitá-las em sua integralidade. (BRASIL, 2009).

As reações da sociedade à manifestação dessa sexualidade

É consenso entre os autores analisados que a sociedade exerce influência fundamental na expressão e manifestação da sexualidade dos deficientes de maneira geral, e com os cegos não é diferente.

Bruns (2008) argumenta que a sociedade elabora a teoria do estigma e se fundamenta em uma ideologia do déficit, geralmente utilizada para excluir pessoas que, por não atenderem aos padrões de normalidade e de estética aceitos pela sociedade são afastados dos ambientes públicos.

Em geral, são as circunstâncias sociais que impedem o deficiente de se desenvolver e de vir a estabelecer consigo próprio e com outros, uma relação que possibilite expressar-se como sexuado. Ao contrário, há ocultamento do desejo. Lamentavelmente, em geral, prazer e erotismo são vivências somente admitidas e permitidas aos ditos “normais”.

Selvin (1997) discute a importância da sexualidade para as pessoas cegas e argumenta que a principal fonte de dificuldade de expressão dessa sexualidade, inclui as atitudes dos profissionais, instituições e indivíduos que atendem as necessidades dessas pessoas, por estarem imbuídos de puritanismo, insensibilidade e preconceito que gera uma relutância em discutir essa dimensão do ser humano.

A pessoa com deficiência, por causa de uma história de marginalização, experimenta situações frequentes e variadas de desvantagens pessoais, grupais e sociais, tais como baixa auto-estima, rejeição familiar e grupal, baixa escolaridade, desinformação em geral, desemprego ou subemprego, falta de acesso e acessibilidade, consolidando um ciclo de exclusão social. Desta forma o fenômeno da invisibilidade social é um dos fatores de agravamento da vulnerabilidade das pessoas com deficiência, razão pela qual, ainda hoje, se tenha que reiterar a possibilidade e o direito destas pessoas expressarem seus desejos sexuais e exercitarem sua sexualidade. (BRASIL, 2009).

Na sociedade a expressão da sexualidade da pessoa cega, assim como de outros deficientes, é carregada de preconceitos e estigmas que podem potencializar a situação de vulnerabilidade em que vivem essas pessoas.

Nessa perspectiva, a literatura estudada amplia a visão sobre o quanto é necessário descortinar o panorama real das condições de vida da pessoa cega, retirando o véu da indiferença e do preconceito que limita e exclui do convívio social esses cidadãos, impedindo sua realização pessoal.

As pessoas cegas e seu direito à sexualidade

O direito de expressão da sexualidade das pessoas deficientes foi mencionado pelos autores do acervo de forma pouco enfática; apenas o documento do Ministério da Saúde, que de certa forma é específico, dá uma ênfase maior.

De acordo com este documento as pessoas com deficiência são, antes de tudo, sujeitos de direito. A assunção desta perspectiva reconhece a questão do direito de qualquer pessoa a uma vida sexual livre, segura e prazerosa como anterior a qualquer ação neste campo. Nesse sentido, o direito se sobrepõe à presença da deficiência. Não se pode, inclusive, falar de uma sexualidade própria e específica das pessoas com deficiência. Não existe esta distinção. Todos são igualmente seres desejantes e, portanto, sexuais.

Neste mesmo documento é explicitado que os direitos sexuais e os direitos reprodutivos nascem a partir da definição de saúde reprodutiva, buscando interagir os direitos sociais (principalmente o direito à saúde, à educação, à informação correta e em linguagem adequada), com os direitos individuais de não interferência e de não discriminação.

A Declaração Universal sobre a Bioética e Direitos Humanos, estabelece como princípio (Artigo 3º): “A dignidade humana, os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser respeitadas em sua totalidade”. (UNESCO, 2005).

A reflexão bioética ajuda a fortalecer ações voltadas para o reconhecimento da dignidade humana em cada pessoa, independente da fase de desenvolvimento físico-psíquico, de ser ou não deficiente e das condições sociais e econômicas.

A Bioética, neste contexto, busca resgatar a dignidade e a cidadania de cada pessoa. A autonomia, que é um dos seus princípios basilares, contempla as pessoas cegas, pois tem como objetivo assegurar proteção à pessoa com deficiência, que se encontra em situação de vulnerabilidade, sem negar a sua importância enquanto sujeito de direito. De acordo com Zoboli (2010), essa proteção tem de ser emancipadora para provocar a passagem da heteronômica moral para autonomia, condição própria e compatível com a dignidade e a liberdade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção científica sobre sexualidade e cegueira congênita se mostrou escassa, apesar da importância do tema. Desta escassez, infere-se que a sexualidade das pessoas cegas ainda se encontra vítima de preconceitos permanecendo negligenciada pela sociedade. Os artigos pesquisados revelam que as pessoas com deficiência são, antes de tudo, sujeitos de direito e como tal devem expressar sua sexualidade de forma segura, autônoma e prazerosa. Conclui-se que só através de estudos e pesquisas científicas, acerca do tema é que será possível conscientizar a sociedade, tornando-a, de fato, inclusiva.

AGRADECIMENTO

A minha orientadora Profa. Dra. Eliane S. Azevêdo pela leitura e os comentários ao presente trabalho. A

Bibliotecária Martha Silvia Martínez Silveira Berbert, MLS Biblioteca da FIOCRUZ e a Bióloga Paula Amaral Muniz pela contribuição nas busca nos bancos de dados.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997. 226p
- BASTOS, E.P.; TARAZONA A.G.; RODRIGUES, Jr O.M. Deficiência visual e Orientação em Sexualidade: Uma experiência. **Rev Bras. Sex. Hum.**, São Paulo, v. 01, n. 2, p. 83-89, 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretos sexuais e reprodutivos na integralidade da atenção à saúde de pessoas com deficiência**. Brasília, DF, 2009.
- BRUNS, Maria Alves de Toledo. A Pessoa Cega: Erotismo e a Mídia. **Rev. Bras. Sex. Hum.**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 173-177, 2009.
- BRUNS, Maria Alves de Toledo. **Sexualidade de cegos**. Campinas, SP: Átomo, 2008.94 p.
- FRANÇA, Dalva Nazaré Ornelas; AZEVEDO, Eliane S. Pessoas com Cegueira: Vivencia da adolescência e Manifestações da sexualidade. **Rev. Bras. Sex. Hum.**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 35-47, 2004.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2000**. CDROM dos microdados. Rio de Janeiro: IBGE-RJ, 2000.
- MAIA, Ana Cristina Braga. **Sexualidade e deficiência**. São Paulo: UNESP,2006. p.215-228.
- MINAYO, Maria Cecilia S. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2010
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília, D.F.,2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=424&Itemid.>
- ROCHA, Jorge. Viver a sexualidade é um direito de todos. **Forum Inclusão Social**. Disponível em: <<http://manuelaralha.blogspot.com.br/2010/05/viver-sexualidade-e-um-direito-de-todos.html>>2010.
- SELVIN, Hana C. Sexuality among the visually handicapped: A beginning. **Sex. Disabil.**, New York, v. 2, n. 3, p.192-199, 1980.
- UNESCO. **Declaração Universal sobre Bioética e Diretos Humanos**. Paris, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001461/146180por.pdf>>.
- WELBOURNE, A.et al. A comparison of the sexual learning experiences of visually impaired and sighted women. **J. Vis. Impair. Blind.**, New York, v. 77, n. 6, p. 256-259, 1983.
- ZOBOLI, Elma L.C.P. Intersubjetividade e Cuidado. In: PESSINI, L.S.J.E; HOSSNE, W.S.(org). **Bioética em tempos de incertezas**. São Paulo: Loyola, 2010.

Submetido em 14.09.2012;

Aceito em 04.04.2013.